

Action number	2018-PT-IA-0166
Agreement number	INEA/CEF/ICT/A2018/1817954



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE ACOMPANHAMENTO
DE PROJETOS

Projeto PT e-Evidence



Cofinanciado pelo Mecanismo Interligar
a Europa - União Europeia



Designação: **PT e-Evidence**

Código da Operação: **INEA/CEF/ICT/A2018/1817954**

Objetivo Temático: **Conectar as Autoridades Competentes Portuguesas ao Sistema e-Evidence Digital Exchange e conectar os sistemas de gestão processual da PGR e da PJ.**

Consórcio entre: **Procuradoria-Geral da República, Polícia Judiciária, LINKARE e PDMFC**

Líder do Projeto: **Procuradoria-Geral da República**

Beneficiários: **Procuradoria-Geral da República e Polícia Judiciária, LINKARE e PDMFC**

Objetivo Geral: **Conectar o proMP da PGR e o CMS da PJ ao Sistema e-Evidence Digital Exchange, habilitando a emissão e receção de Decisão Europeia Investigação (doravante DEI) e Carta Rogatória (doravante CR) com as Autoridades Judiciárias Europeias, conectar os sistemas da PGR e da PJ para o envio eletrónico seguro da**



prova recolhida em DEI e CR e dotar a infraestrutura da PGR de armazenamento dedicado e seguro para a cooperação judiciária e prova digital associada.

Data de início: **15/11/2019**

Data Final: **12/11/2021**

Investimento Elegível: **€479.674,00**

Financiamento (INEA): **€359.755,00**

Estrutura Orgânica do Projeto - PGR

Direção do Projeto: **Procurador da República Dr. Rui Batista, PGR – Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação e Procurador-Geral Adjunto Dr. António Moreira**

Gestão do Projeto: **Procurador da República Dr. Carlos Pinho, PGR – Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação**

Direção Técnica do Projeto: **Dr. Marco Matias, PGR – Divisão de Planeamento, Organização e Informática**

Descrição Geral

A Procuradoria-Geral da República é a Autoridade Central competente para a cooperação judiciária e a Polícia Judiciária é uma Polícia responsável pela recolha de provas criminais.

O Projeto PT e-Evidence tem por objetivo essencial estabelecer a conexão eletrónica segura das Autoridades Judiciárias do Ministério Público ao Sistema e-



Evidence Digital Exchange e conectar o sistema de gestão processual proMP da Procuradoria-Geral da República ao sistema de gestão processual da Polícia Judiciária, para a troca de informação e prova eletrónica relativa designadamente aos instrumentos de cooperação judiciária na Europa – a Decisão Europeia de Investigação e a Carta Rogatória.

Este projeto é o resultado de candidatura à Convocatória CEF Telecom 2018 - Portal Europeu da Justiça (CEF-TC-2018-4).

A Procuradoria-Geral da República encontra-se a desenvolver um sistema de informação e gestão processual (proMP), visando a desmaterialização dos procedimentos de processo penal na fase de inquérito.

Pretende-se que o proMP seja conectado ao Sistema e-Evidence Digital Exchange através dos desenvolvimentos deste projeto.

A conexão utilizará o Ponto de Acesso (AP) e-CODEX que irá ser montado no âmbito do projeto Electronic Xchange of e-Evidences com e-CODEX (EXEC) financiado pela Direção Geral de Justiça e Consumidores da Comissão Europeia ao abrigo Programa de Justiça 2014-2020.

Objetivos do Projeto

O Projecto PT e-Evidence integra a Procuradoria-Geral da República, em consórcio com a Polícia Judiciária e com os parceiros técnicos Linkare e PDMFC.

Em termos gerais, o objetivo do Projeto PT e-Evidence é ligar as autoridades competentes portuguesas ao Sistema e-Evidence Digital Exchange e permitir a ligação entre os sistemas de gestão processual da PGR e da PJ de forma a garantir



a transmissão correta e segura de trâmites e provas em formato digital no âmbito da cooperação judiciária, designadamente DEI e CR.

Os objetivos principais deste projeto, em síntese, são os seguintes:

- Ligar as autoridades portuguesas competentes ao European e-Evidence Exchange System, permitindo o intercâmbio de DEI / CR com juízes e procuradores europeus através de funcionalidades integradas no proMP, o sistema de gestão processual do Ministério Público;
- Conectar os especialistas forenses da Polícia Judiciária (PJ) através do seu sistema de gestão processual com o sistema de gestão processual da PGR para a troca eletrónica segura de prova;
- Dotar o sistema de gestão processual da PGR de capacidade de armazenamento especificamente dedicada a manter com segurança as provas digitais decorrentes da cooperação judiciária.